



CEBRI 

Artigos

Edição Especial | Volume 3 | Ano 8 | 2013

**A Inserção Internacional
do Rio de Janeiro**

Leonardo Paz Neves (org.)

ITUB
LISTED
NYSE

Learn about us: www.itau.com



WE ARE BRAZIL'S MOST VALUABLE BRAND.

For the 10th consecutive year, Itaú was named most valuable brand, with a value estimated at US\$ 8.5 billion*.

Invest with a bank that knows Latin America.
Itaú. The Global Latin American Bank.



*Source: Interbrand, 2013 (R\$ 19.3 billion).



CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Artigos

Edição Especial | Volume 3 | Ano 8 | 2013

A Inserção Internacional do Rio de Janeiro

Leonardo Paz Neves (org.)

Quem somos

Criado em 1998, o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) é um *think tank* que tem por objetivo desenvolver conhecimento e promover o debate sobre temas das relações internacionais, oferecendo subsídios para a definição de políticas públicas. Busca também fomentar o diálogo entre diferentes atores, públicos e privados, visando melhor entendimento da agenda internacional, bem como a inserção do Brasil no cenário global. Localizado no Rio de Janeiro, o CEBRI foi concebido por um grupo de diplomatas, empresários, acadêmicos e possui uma estrutura independente, multidisciplinar e apartidária.

De acordo com a pesquisa Global Go to Think Tanks, conduzida pela Universidade da Pensilvânia, o CEBRI tem sido relacionado entre os mais relevantes *think tanks* do mundo, estando presente em mais rankings do que qualquer outro instituto brasileiro, destacando-se por sua capacidade de congregiar prestigiados especialistas em relações internacionais.

O CEBRI é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP. Seu Estatuto Social prevê transparência em todas as suas atividades.

Conselho curador

Presidente de Honra

Fernando Henrique Cardoso

Presidente

Luiz Augusto de Castro Neves

Vice-Presidente

Tomas Zinner

Vice-Presidentes Eméritos

Daniel Miguel Klabin

José Botafogo Gonçalves

Luiz Felipe Lampreia

Conselheiros

Armando Mariante

Arminio Fraga Neto

Carlos Mariani Bittencourt

Celso Lafer

Cláudio Frischtak

Gelson Fonseca Junior

Georges Landau

Henrique Rzezinski

José Aldo Rebelo Figueiredo

José Luiz Alquéres

José Pio Borges de Castro Filho

Marcelo de Paiva Abreu

Marco Aurélio Garcia

Marcos Castrioto de Azambuja

Marcus Vinícius Pratini de Moraes

Maria Regina Soares de Lima

Pedro Malan

Roberto Abdenur

Roberto Teixeira da Costa

Ronaldo Veirano

Sebastião do Rego Barros

Vitor Hallack

Winston Fritsch

Sobre os autores

Laudemar Aguiar é Coordenador de Relações Internacionais do Gabinete do Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro. É diplomata de carreira, formado em 1983 no Instituto Rio Branco. Foi Secretário Nacional de Organização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20); Ministro-Conselheiro e Chefe de Chancelaria na Embaixada do Brasil em Paris; Chefe de Gabinete do Subsecretário-Geral de Assuntos Multilaterais do Ministério das Relações Exteriores e Assessor no Ministério de Relações Exteriores (MRE) no Departamento de Organismos Internacionais e no Departamento de Política Tecnológica, Financeira e de Desenvolvimento.

Anna Carolina Mendes é Assessora de Cooperação Multilateral da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Possui graduação em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2008). Mestranda em Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento pela UFRJ, onde especializa-se em Cooperação Internacional. Além disso, está concluindo pós-graduação em Análise de Políticas Públicas, também na UFRJ.

Pedro Spadale possui formação acadêmica em Relações Internacionais, trabalha desde 2001 na área internacional do Governo do Estado do Rio de Janeiro desempenhando diferentes funções, foi Coordenador de Relações Internacionais da FIRJAN em 2010 e exerce há três anos a função de Subsecretário de Relações Internacionais.

Sugestão de citação

Leonardo Paz Neves (org.). A Inserção Internacional do Rio de Janeiro. CEBRI Artigos, Edição Especial, v. 3, ano 8. Rio de Janeiro: CEBRI, 2013.

Palavras-chave

Rio de Janeiro; Megacidades; Paradiplomacia; Atores Subnacionais.

Expediente

DIRETOR

Roberto Fendt

PRODUÇÃO EDITORIAL

Leonardo Paz Neves

Vítor Hugo dos Santos Anastácio

PROJETO GRÁFICO

Blümchen design

IMAGEM DE CAPA

Alexandre Macieira/Riotur

IMPRESSÃO

WalPrint Gráfica e Editora

6

Leonardo Paz Neves (org.)

A Inserção Internacional do Rio de Janeiro,
CEBRI Artigos, Edição Especial, v. 3, ano 8.

Rio de Janeiro: CEBRI, 2013.

1. Rio de Janeiro 2. Megacidades 3. Paradiplomacia 4. Atores Subnacionais

ISSN 2318-3713

Paradiplomacia e a atuação internacional da cidade do Rio de Janeiro

Laudemar Aguiar e Anna Carolina Mendes

Introdução

Os governos locais e regionais brasileiros passaram, grosso modo, a desenvolver relações internacionais a partir da década de 1980, especialmente após a Constituição Federal de 1988, que deu início ao processo de redemocratização do país. A promulgação da Carta trouxe o aprofundamento do federalismo, o que se traduziu em uma maior autonomia dos estados e municípios, e na ampliação de suas atribuições formais.

A política externa, mesmo não constando do rol de políticas descentralizadas, passou por um processo de fragmentação, uma vez que as ações externas foram vistas pelos governos subnacionais como ferramentas para o ganho de eficiência e novas formas de financiamento de políticas públicas.

Os atores subnacionais apresentam características específicas que devem ser consideradas em sua atuação internacional. A não existência de atribuição constitucional em política externa apresenta, ao mesmo tempo, benefícios e malefícios. Por um lado, a existência de ações paradiplomáticas é fruto da vontade dos governos subnacionais, o que, teoricamente, implica maior engajamento e vontade política para o desenvolvimento da ação.

Por outro lado, há problemas de continuidade; e não existem garantias que a administração seguinte dará prosseguimento ao trabalho desenvolvido.

O artigo parte de uma breve revisão de tópicos das discussões conceituais acerca da paradiplomacia para analisar a atuação internacional de governos locais e regionais, especialmente a dos municípios. A seguir, se desenha um panorama geral e estratégico das relações internacionais da Cidade do Rio de Janeiro, particularmente do trabalho desenvolvido atualmente pela Coordenadoria de Relações Internacionais, subordinada diretamente ao Gabinete do Prefeito.

A Paradiplomacia como fenômeno

O Estado moderno passou por um processo de transformações desde o século XVI, processo esse que buscou consolidá-lo enquanto foco único e incontestável de onde emana a autoridade política externa.¹ A noção de soberania, que marca justamente a exclusividade do poder, tem conexão intrínseca com

¹ Adota-se, nesse trabalho, a divisão estabelecida por Fred Halliday entre relações internacionais, as relações entres países, e Relações Internacionais, a disciplina acadêmica.

a territorialidade, uma vez que a autoridade política estabelecida seria incontestada dentro de limites geográficos claramente identificáveis.

O desafio que a globalização representa para o Estado moderno é evidenciado pelo questionamento dos vínculos entre poder e território. O descolamento do vínculo exclusivo entre território e poder político é caracterizado por um duplo movimento, denominado por James Rosenau de “dinâmicas globalizantes” (“*globalizing dynamics*”) e de “dinâmicas localizantes” (“*localizing dynamics*”). Ou seja, as dinâmicas globalizantes questionam as fronteiras enquanto um elemento que determina o lócus da ação política. Por outro lado, as dinâmicas localizantes reforçam a territorialidade. Rosenau concede precedência às tendências globalizantes, uma vez que essas seriam responsáveis por determinar o contexto para as tendências localizantes.

O duplo movimento a que o autor se refere é resultado do fato de que o Estado moderno mostrou-se, ao longo da segunda metade do século XX, incapaz de lidar satisfatoriamente com uma agenda política, social e econômica em expansão. Nesse sentido, começou a se perceber a ascensão de novos atores, fragmentando a decisão política na busca pela maximização do bem-estar.

Partindo da definição de tendências globalizantes provida por Rosenau, é possível analisar a ampliação do poder das unidades subnacionais, ou seja, dos governos locais e regionais, que cada vez mais buscam aumentar sua atuação internacional. Assim, o Estado estaria reconfigurando-se para adaptar-se às condicionalidades dos tempos atuais. Segundo Figueiredo, “torna-se muito mais difícil, por um lado, delimitar as fronteiras de atuação dos governos locais, e, de outro, pretender que

os governos centrais assumam toda a responsabilidade pelo desenvolvimento, já que seus desafios se dão cada vez mais de forma local”. (PERNASSETTI, 2008, p.14-15)

A atuação internacional das unidades subnacionais é fenômeno recente, embora seja difícil precisar seu início. Há indícios de atuação internacional desses atores no século XIX. Já em 1913, um grupo de Prefeitos e administradores de cidades tomaram a decisão de cooperar de forma permanente e mais estruturada, fundando a primeira rede internacional de cidades, a *Union Internationale des Villes*. Na década de 1950, havia estados dos Estados Unidos atuando na área de atração de investimento direto estrangeiro e na promoção das exportações. As províncias canadenses também estiveram na vanguarda do movimento, atuando no plano externo, grosso modo, desde os anos 1970 (Lecours, 2002, p. 2). Seguiram casos de diversos governos locais e regionais que, por diversas razões, ampliaram o escopo de sua atuação para abarcar algum tipo de atividade fora de seus respectivos países.

Foi na década de 1980, no entanto, que a atuação internacional das unidades subnacionais tornou-se algo mais comum na política mundial. O aparecimento de novos atores já vinha sendo observado por pesquisadores das ciências sociais, dentro do contexto da globalização e da interdependência. Começaram então a ser realizados alguns estudos que buscavam compreender especificamente a natureza da atuação internacional de governos locais e regionais.

Milchemann e Soldatos (1980) trouxeram para a academia o termo paradiplomacia, que já era utilizado anteriormente de maneira casual para denominar a atividade. Paradiplomacia (paradiplomacy, em inglês, originalmente) é a abreviação de diplomacia paralela

(parallel diplomacy). Atualmente, a definição mais aceita para o conceito é a de Noé Cornago Prieto (2004), que afirma que:

A paradiplomacia pode ser definida como o envolvimento de governo subnacional nas relações internacionais, por meio do estabelecimento de contatos, formais e informais, permanentes ou provisórios ('ad hoc'), com entidades estrangeiras públicas ou privadas, objetivando promover resultados socioeconômicos ou políticos, bem como qualquer outra dimensão externa de sua própria competência constitucional (Prieto, 2004, p. 252).

O termo, correntemente utilizado na academia, é criticado por autores como Brian Hocking (1993) por acreditar que ele sugere que a atuação internacional descentralizada necessariamente gera conflito com o governo central. A maioria dos estudos na área, porém, indica que há mais cooperação que conflito de interesses. Soldatos (1990) argumenta que é uma prática irreversível e acredita na possibilidade de a relação entre esses atores ser complementar, a partir da percepção mútua das vantagens de ações conjuntas e das desvantagens de atuações desconcertadas.

Voltando à questão terminológica, cabe ressaltar que há outros nomes utilizados em trabalhos sobre o tema, como “diplomacia das cidades” e “diplomacia federativa” (no caso de Estados federativos). Paradiplomacia parece ser, no entanto, o termo mais comum na literatura especializada e, por essa razão, apesar das críticas, será utilizado no presente trabalho.

Rosenau considera as unidades subnacionais como atores livres de soberania. No entanto, não é possível dizer que os governos locais e regionais não são condicionados pela soberania. São parte do Estado e têm mandatos recebidos por voto popular (na maioria dos países). Em outras palavras, têm traços de *estatalidade* – governam um território com uma população – e têm estrutura administrativa similar. Por outro lado, no que tange à atividade internacional, essas raramente estão previstas nas suas atribuições legais, além de não serem atores de Direito Internacional Público e nem terem atuação em temas de alta política. Desenvolvem ações em áreas que consideram prioritárias, apresentando diferentes níveis de institucionalização, sendo, por muitas vezes, atividades dispersas e sem continuidade quando ocorre mudança de administração. Nesse sentido, Paquin (2004) e Hocking (2004) colocam os governos subnacionais em uma categoria intermediária, adotam o termo *atores mistos* para denominá-los.

As atividades paradiplomáticas mais comuns envolvem a atração de investimentos e financiamentos, a promoção de exportações e a cooperação política e técnica.² Como são atividades que geralmente não fazem parte das atribuições formais dos governos locais e regionais, os níveis de institucionalização variam.

Muitas organizações internacionais desempenham papel importante no fomento à cooperação descentralizada, como as Nações Unidas, a ONU-Habitat, BID e o Banco Mundial. O incentivo é motivado, por vezes, pela crença de que “a participação e a articulação com esses atores como forma de melhorar a implementação e eficácia de seus projetos que, de outra forma, dificilmente poderiam ser levados a cabo” (FIGUEIREDO, 2008, p.17).

² Vigevani (2006) argumenta a escolha por essas atividades justifica-se pela vontade de não entrar em conflito com as competências do poder central.

Uma definição de cooperação é que ela é “um fenômeno que ocorre quando os atores ajustam seu comportamento às preferências, atuais ou antecipadas, de outros, através de um processo de coordenação de políticas” (Ferreira, 1998, p. 18). A coordenação de políticas, não é, de maneira alguma, um processo automático. Pelo contrário, é fruto da ação política deliberada, executada por atores que acreditam que obterão benefícios por meio da cooperação.

posicionamento de marca de uma cidade, com vistas a turismo e atração de investimentos, assim como na busca de melhores práticas em gestão governamental ou prestação de serviços públicos, entre outros.

A partir do argumento de Keohane e Milner de que “não é mais possível compreender as políticas públicas nacionais sem a análise dos vínculos que estas estabelecem com o ambiente internacional”

O processo massivo e acelerado de urbanização por que o planeta está passando ocasiona problemas similares relativos a habitação, mobilidade, inclusão social, sustentabilidade e resiliência, entre outros. Aprender com as experiências externas para questões semelhantes frequentemente resulta em projetos de melhor qualidade.

A busca dos governos municipais por cooperação internacional é motivada por diversas razões. O processo massivo e acelerado de urbanização por que o planeta está passando ocasiona problemas similares relativos a habitação, mobilidade, inclusão social, sustentabilidade e resiliência, entre outros. Aprender com as experiências externas para questões semelhantes frequentemente resulta em projetos de melhor qualidade.

Cabe ressaltar também que, progressivamente, as políticas públicas passam a ter uma interface internacional, especialmente no que tange ao

(Hochman, 2007, p.370), Hochman promove alguns questionamentos importantes sobre essa dinâmica, no que diz respeito a como as políticas domésticas são influenciadas pela internacionalização.

O fato de a Constituição Federal de 1988 ter aprofundado o federalismo e dado aos municípios o mesmo *status* dos estados, do Distrito Federal e da União enquanto entidades federativas mostra que, no caso do Brasil, é possível traçar um paralelo entre democracia e descentralização.³ A Carta Magna aumentou a descentralização das políticas públicas,

³ É importante ressaltar que democracia e federalismo não são capazes de explicar a paradiplomacia em suas mais diferentes formas ao redor do mundo.

compreendida como a “transferência de poder decisório a municípios ou entidades e órgãos locais” (Melo, 1996, p. 13). Com uma gama maior de atividades a desempenhar, estados e municípios buscaram novos meios de viabilizar suas políticas. Nesse sentido, Salomón (2007) defende que o principal elemento de formação da agenda externa desses atores é a externalização de competências internas.

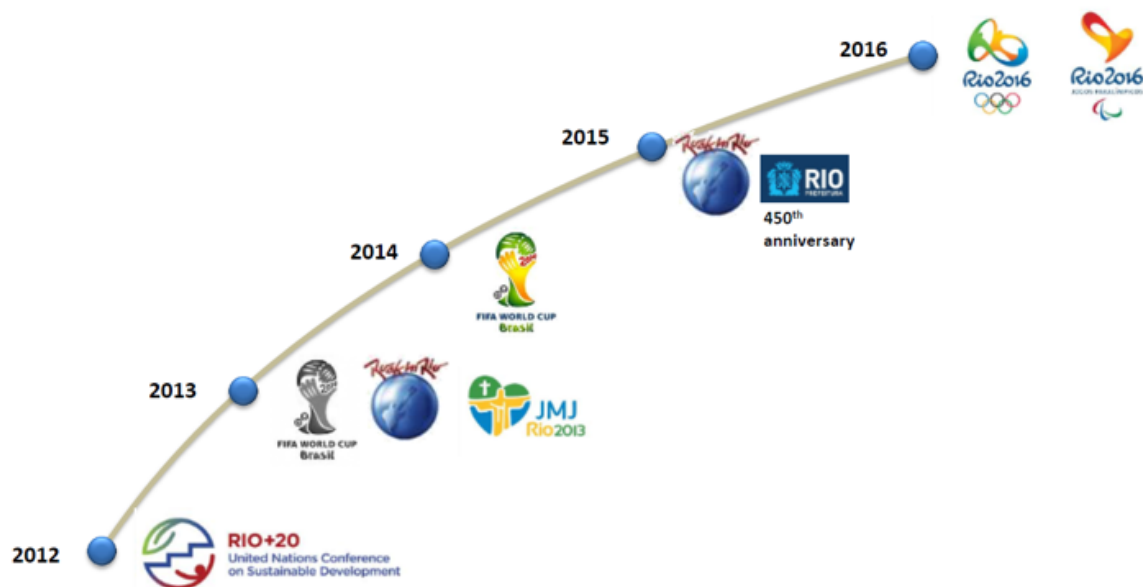
A atuação internacional da cidade do Rio de Janeiro

A Cidade Rio de Janeiro sempre foi vanguardista em sua atuação internacional, tendo sido ainda o primeiro município do Brasil a ter em sua estrutura um órgão exclusivamente dedicado às Relações Internacionais.

Esse fato não é coincidência, considerando a clara vocação internacional da Cidade, desenvolvida ao longo de sua história.

Com a vinda da Família Real portuguesa, o Rio de Janeiro transformou-se em vitrine internacional e porta de entrada do Brasil. Desde então, o Rio, de tempos em tempos, busca reinventar-se, e firmar-se não apenas como uma Cidade de beleza natural única, mas também centro de excelência em diversas áreas. A perda da condição de capital em 1960, contudo, não mudou a condição de Cidade mais famosa do país e centro cosmopolita.

Em 1975, foi criado o Cerimonial, órgão de assistência direta e imediata ao Prefeito, tendo integrado a estrutura do Gabinete até 1986, quando se instituiu, por meio do Decreto nº 5752 de 08 de abril de 1986, a Assessoria Internacional, que passou a incorporar as competências e as atribuições do Cerimonial. A Assessoria foi extinta



com a criação, pelo Decreto nº 6917 de 02 de setembro de 1987, da Coordenadoria de Relações Internacionais e do Cerimonial – CRI, vinculada institucionalmente à Secretaria Municipal da Casa Civil e ligada diretamente ao Gabinete do Prefeito.

Uma vocação contemporânea do Rio é a realização de grandes eventos internacionais, iniciada com a RIO 92, Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, e os Jogos Panamericanos de 2007, cujos êxitos permitiram que o momento atual de renovação do Rio de Janeiro seja pautado por mega

perante a comunidade internacional, seu crescente protagonismo neste tema. Governos subnacionais de numerosos países assumiram ou vêm assumindo inclusive metas voluntárias de redução de emissões relativamente mais ambiciosas que as de seus respectivos países.

Um legado da Rio+20 para a cidade foi a criação do Centro Rio+, centro mundial sobre o desenvolvimento sustentável, uma parceria do Governo Federal e do PNUD. O centro será um consórcio de agências governamentais e do sistema ONU, governos

Governos subnacionais de numerosos países assumiram ou vêm assumindo inclusive metas voluntárias de redução de emissões relativamente mais ambiciosas que as de seus respectivos países.

eventos que trazem grandes oportunidades de atração de investimentos, de promoção e posicionamento da marca internacional da cidade.

Em junho de 2012, a Prefeitura organizou a Cúpula dos Prefeitos Rio+20, evento oficial paralelo à Conferência das Nações Unidas, que incluiu uma reunião especial do C40 (C40+Rio) onde os prefeitos anunciaram o compromisso de uma redução combinada de 1,3 gigatoneladas de gases de efeito estufa, o equivalente às emissões do México e do Canadá. Neste evento, o Rio demonstrou a relevância e o comprometimento da cidade com o desenvolvimento urbano sustentável. Os governos locais afirmaram,

locais (como a Prefeitura do Rio de Janeiro), ONGs, universidades, think-tanks e o setor privado.

De fato, sustentabilidade é premissa do plano estratégico do Rio de Janeiro. Assim, projetos como o Morar Carioca Verde, as metas para redução de gases de efeito estufa da cidade, o Projeto Corredor Verde, o Programa de Desenvolvimento de Baixo Carbono em parceria com o Banco Mundial, as iniciativas para o desenvolvimento do transporte não motorizado, como as ciclovias e o Bike Rio, os investimentos em transporte público de grande porte e os ativos ambientais da cidade, que incluem as duas maiores florestas urbanas do mundo, reforçam o Rio de Janeiro como referência mundial em desenvolvimento

urbano sustentável. Além do C40 – cuja Presidência será brevemente assumida pelo Prefeito Eduardo Paes – e do ICLEI, a Prefeitura colabora e coordena suas ações com diversas redes e entidades ligadas ao tema da sustentabilidade, como o CDP – Carbon Disclosure Project, e o CB-27, que reúne os Secretários de Meio Ambiente das capitais brasileiras.

A Coordenadoria de Relações Internacionais

Como parte da estratégia de estímulo da projeção internacional da Cidade e das oportunidades trazidas por estes megaeventos, o Prefeito Eduardo Paes, em seu segundo mandato, fortaleceu a estrutura da CRI, de forma que ela pudesse se adequar aos novos desafios, com a maior visibilidade global do Rio de Janeiro.

A CRI tem como principais atribuições:

Assessorar o Prefeito e coordenar sua agenda internacional;

Apoiar e facilitar a execução da atuação externa das secretarias e órgãos vinculados à Prefeitura;

Criar sinergias entre os projetos de cunho global levados a cabo pelos órgãos municipais e dar uma maior coerência à política externa da cidade;

Identificar oportunidades, formular, negociar e acompanhar iniciativas de cooperação;

Negociar e coordenar a implementação de acordos de cooperação e de irmanação;

Preparar ou apoiar missões municipais e participar de eventos e atividades no exterior;

Ser o interlocutor de organismos e agências internacionais, nacionais (de cunho internacional), órgãos diplomáticos e demais entidades de representação estrangeira;

Organizar e apoiar a vinda de delegações e missões estrangeiras ao Rio de Janeiro;

Auxiliar na organização de eventos internacionais na cidade.

A Coordenadoria subdivide-se hoje em quatro gerências que operam em constante interface: Cooperação Multilateral; Cooperação Bilateral; Relações Institucionais; e Organização de Missões e Eventos.

Relações Internacionais

A Gerência de Relações Institucionais coordena as iniciativas e as prioridades da CRI com órgãos e instituições governamentais. Esta coordenação ocorre em três níveis fundamentais. Internamente, a gerência coordena esforços com órgãos da administração municipal direta e indireta. A Gerência identifica pontos focais nessas organizações a fim de criar ligações estreitas e mapear prioridades comuns. Por um lado, recebe-se demandas das secretarias e agências municipais. Por outro, tem um papel proativo de identificar projetos internacionais que beneficiem as demais áreas, facilitando sua implementação.

Além disso, a CRI busca estreitar laços com diferentes atores, como o setor privado, universidades e a sociedade civil organizada.

No nível horizontal, as relações institucionais são realizadas diretamente com prefeituras de capitais e outras cidades brasileiras, bem como através do

FONARI (Fórum Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Relações Internacionais). A interação com outros governos subnacionais brasileiros tem se mostrado cada vez mais um instrumento importante, na concertação de interesses comuns e alinhamento de boas práticas na área internacional.

Verticalmente, essa gerência interage com a Subsecretaria de Relações Internacionais do Governo do Estado do Rio de Janeiro, e, no Governo Federal, com a Subsecretaria de Assuntos Federativos (SAF) da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República; a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares (AFEPA) do Ministério das Relações Exteriores, entre outras.

Cooperação Bilateral

A Gerência de Cooperação Bilateral encarrega-se do relacionamento da CRI com países, cidades e instituições com as quais o Rio de Janeiro possui relações diretas e desenvolve ou tenciona desenvolver projetos de cooperação e com as suas representações consulares e missões diplomáticas. A cooperação bilateral pode ocorrer também independentemente de acordos formais, por meio de parcerias diretas entre instituições públicas.

A cooperação bilateral descentralizada entre cidades e regiões é motivada, na maioria dos casos, por razões político-históricas (ex. Paris, Buenos Aires, etc.), de interesse específico, como no caso dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos (ex. Londres, Barcelona, Sidney, etc.), intercâmbio técnico (ex. Paris, Colônia, Cidade do Cabo, etc.) ou mesmo pela interlocução do município em organismos multilaterais de cidades (ex. Nova York,

Cidade do México, etc.). Estas cooperações abarcam as mais variadas áreas, como cultural, educacional, social, ambiental, empresarial e de inovação e tecnologia.

Além disso, as relações bilaterais muitas vezes são regidas por geminações ou irmanações. A atuação da Gerência de Cooperação Bilateral, portanto, também visa fazer uma prospecção dos projetos e ações com essas cidades e com outros governos locais ao redor do mundo que possam ser de interesse para os mais distintos setores da Prefeitura, e que possam gerar benefícios efetivos para a cidade.

Cooperação Multilateral

A Gerência de Cooperação Multilateral ocupa-se da formulação de conteúdo e acompanhamento da agenda política do Rio de Janeiro nas redes de articulação de governos locais. Uma das metas atuais da Cidade é ampliar e aprofundar seu relacionamento com tais organizações.

O Rio de Janeiro é membro de organizações como a CGLU (Cidades e Governos Locais Unidos); Metropolis (Associação Mundial das Grandes Metrôpoles); ICLEI (Governos Locais pela Sustentabilidade); UCCI (União de Cidades Capitais Iberoamericanas) e UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa), entre outras.

A Gerência trabalha ainda com a Organização das Nações Unidas, seus órgãos especializados como a ONU-Habitat, a UNESCO, o PNUD e UNICEF, agências de cooperação técnica como a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) e entidades filantrópicas como a Fundação Rockefeller, além de outros atores privados e da sociedade civil. A Gerência apoia a

realização de grandes eventos, seminários e conferências na cidade, como, em 2013, a Conferência Urban Age, e a participação da Prefeitura em eventos no exterior, como o Smart City Expo World Congress, em Barcelona.

A principal rede com a qual a Gerência lida é o C40 Cities Climate Leadership Group, entidade que trabalha em estreita parceria com a Clinton Climate Initiative. A organização é prioritária na atual gestão, tendo o Prefeito Eduardo Paes sido recentemente eleito presidente da organização por decisão unânime de seu Comitê Executivo. Pela primeira vez, desde que criada, em 2005, um Prefeito do hemisfério sul assume sua liderança. A atuação do C40 no cenário da paradiplomacia internacional é um excelente exemplo da crescente influência dos governos locais, neste caso específico, das cidades. Esses atores estão desenvolvendo e compartilhando políticas e tecnologias inovadoras que vêm ganhando crescente protagonismo na área do desenvolvimento sustentável.

A interlocução com a academia é outra área de atuação desta Gerência, coordenando as parcerias com entidades como o CEBRI - Centro Brasileiro de Relações Internacionais, do qual a Prefeitura é sócio-mantenedor, o Columbia Global Center, inaugurado em março de 2013, e o Centro de Estudos e Pesquisas BRICS, uma iniciativa conjunta da Prefeitura e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), lançada em dezembro de 2010. O Centro é dedicado ao estudo dos países BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e demais potências médias, tendo criado o BRICS-Urbe, fórum dedicado ao acompanhamento de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento urbano nas cidades dos países BRICS.

Organização de Missões e Eventos

A Gerência de Organização de Missões e Eventos apoia a execução da agenda de compromissos internacionais da Coordenadoria. É responsável pelo recebimento de missões de autoridades estrangeiras à cidade e pela organização e suporte à eventos de cunho internacional dos quais a Prefeitura participa ou organiza no Rio de Janeiro.

Essa gerência é responsável, ainda, pela definição de roteiros e opções de visitas aos equipamentos e projetos inovadores da Prefeitura, como o Centro de Operações Rio, o Porto Maravilha, o BRT Transoeste, o Parque Madureira, as Praças e Naves do Conhecimento, as Clínicas da Família, as Escolas do Amanhã, o Museu de Arte do Rio, o Centro de Tratamento de Resíduos em Seropédica e o Morar Carioca Verde. Por meio das visitas aos equipamentos da Prefeitura, a CRI demonstra o desenvolvimento integral do município e a revitalização de espaços urbanos, abrindo, ao mesmo tempo, canal fértil para o intercâmbio de boas práticas e a troca de experiências com representantes de outras cidades e países.

Demais órgãos e assessorias da Prefeitura com interface internacional

Com o objetivo de implementar os objetivos do Plano Estratégico “Pós-2016” da Prefeitura, de modo a buscar posicionar a cidade como a “melhor do Hemisfério

Sul para se viver, trabalhar e conhecer”, e atender a demanda decorrente, o Prefeito Eduardo Paes criou ainda diferentes assessorias e órgãos especializados, com interface internacional, dentro da estrutura da Prefeitura. Segue uma breve descrição de suas atividades.

Assessoria Especial de Sustentabilidade e Inovação

A Assessoria trabalha diretamente com o Prefeito em temas relacionados à sustentabilidade, resiliência e inovação. Desenvolve projetos especiais e promove a interlocução nessas áreas bilateralmente e com organizações internacionais, tais como a bem sucedida candidatura do Rio de Janeiro no desafio “100 Resilient Cities” da Fundação Rockefeller, e na elaboração e implementação do Plano de Baixo Carbono da Cidade, em parceria com o Banco Mundial. Além disso, exercerá papel preponderante na gestão do Prefeito Eduardo Paes à frente do C40.

Rio Negócios

Criada em 2010, a Rio Negócios é a Agência oficial da cidade do Rio de Janeiro responsável por atrair, facilitar novos investimentos e dar apoio à instalação de novas empresas. Esse trabalho é realizado por meio de Promoção Comercial, Facilitação, Inteligência de Negócios e Ambiente de Negócios. O objetivo é fazer do Rio de Janeiro um centro de negócios estratégico na América Latina. Há projetos em 12 setores prioritários, com foco estratégico em Energia, Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), Indústria Criativa, Hotelaria e Turismo e Indústria (Rio Negócios, 2013).

Empresa Olímpica Mundial

A Empresa Olímpica Municipal (EOM) é uma empresa pública de capital fechado, constituída sob a forma de

S.A em junho de 2011. A EOM é vinculada ao Gabinete do Prefeito e sua duração foi estabelecida até dezembro de 2016. Tem como atribuição coordenar a execução das atividades e projetos municipais relacionados à realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. Além disso, funciona como ponto de contato e de integração entre a Prefeitura, os governos estadual e federal, o Comitê Organizador Rio2016 e os demais agentes nacionais e internacionais, como o Comitê Olímpico Internacional, envolvidos no processo de preparação da cidade para a realização destes eventos esportivos (Empresa Olímpica Municipal, 2013).

Rio Eventos

A Rio Eventos Especiais é uma empresa pública da Prefeitura do Rio que tem como objetivo organizar os grandes eventos sediados na cidade que não fazem parte do calendário cotidiano. Ligada ao gabinete do Prefeito, a Rio Eventos é responsável por integrar os órgãos municipais, dialogar com o governo estadual e federal, e com órgãos nacionais e internacionais envolvidos na organização desses grandes eventos (Rio Eventos, 2013).

Rio Imagem

A Coordenadoria Imagem Rio foi criada em maio de 2013. Vinculada ao Gabinete do Prefeito, tem o objetivo de desenvolver projetos especiais para fortalecer e divulgar a imagem da Cidade do Rio de Janeiro, promovendo intercâmbios e estabelecendo parcerias com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, com vistas à cooperação, promoção e desenvolvimento de programas e projetos que promovam a visibilidade do Rio.

Rio450

Para coordenar os preparativos e elaborar um calendário comemorativo, a Prefeitura do Rio criou

o Comitê Rio450, que foi lançado oficialmente pelo Prefeito Eduardo Paes no dia 5 de dezembro de 2013. O Comitê Rio450 terá o papel de articulador e, em alguns casos, executor das iniciativas. O calendário oficial de comemorações se estenderá de 31 de dezembro de 2014 a 1º de março de 2016.

Além dessas assessorias e órgãos, a Prefeitura conta ainda com a estrutura da RioTur.

RioTur

A Riotur, Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro S.A., foi criada em 1972 e é vinculada à Secretaria Especial de Turismo. Tem por missão a implementação da política de turismo do Município do Rio de Janeiro, formulada pela Secretaria, em consonância com as diretrizes e os programas ditados pelo Prefeito. O objetivo principal da RioTur é captar fluxos turísticos, dos mercados nacional e internacional, para a cidade do Rio de Janeiro. Coordena a realização de estudos, pesquisas e programas de interesse para o desenvolvimento do turismo, também produz e apoia grandes eventos, como o réveillon e o carnaval.

A Atuação Internacional como Legado

Por não ser uma atribuição constitucional de governos subnacionais, as relações internacionais dependem majoritariamente da vontade política de cada gestão em se dedicar ao tema, com variados níveis de interesse. Essa questão é particularmente sensível porque, via de regra, as atividades internacionais envolvem compromissos de médio e longo prazo.

Do mesmo modo que a política externa de um país visa a se constituir em política de Estado e não de Governo, o ideal seria que as prioridades de órgãos municipais e estaduais também se baseassem em um planejamento estratégico de longo prazo, o que daria sustentabilidade a sua atuação internacional – como busca atualmente a Prefeitura do Rio, ao realizar um planejamento estratégico que ultrapassa o atual mandato municipal.

Nesse sentido, a Coordenadoria de Relações Internacionais trabalha para intensificar os laços com os demais órgãos municipais, e destes com organismos e agências internacionais, de modo que resultados positivos alcançados até o final do atual mandato gerem compromissos, estratégias e estímulos que permitam a continuidade do trabalho na área de paradiplomacia da Cidade do Rio de Janeiro. Assim, a importância do trabalho da Coordenadoria de Relações Internacionais possui vínculo direto com sua capacidade em traduzir as prioridades municipais em ações concretas de cooperação internacional.

Por fim, é importante mencionar o viés estratégico do trabalho de facilitação que a CRI pode desempenhar para a Cidade. Após o apagar dos holofotes no final das Paralimpíadas, o Rio de Janeiro pretende continuar como referência regional e global, promovendo as vantagens comparativas da Cidade, em áreas diversas como desenvolvimento sustentável, inclusão social, pesquisa e inovação, indústria criativa, energia, etc.

Conclusão

O histórico traçado demonstrou a força do movimento de internacionalização dos governos subnacionais. A urbanização, a descentralização e a proximidade com os cidadãos foram alguns dos fatores decisivos para o

desenvolvimento da paradiplomacia. Diversos governos municipais já percebem a diplomacia de cidades como mecanismo de aquisição de conhecimentos pragmáticos e de disseminação de suas melhores práticas.

O fato de que esta tendência seja apoiada por organizações internacionais é apenas um dos fatores que demonstra as vantagens da paradiplomacia. As redes internacionais de cidades frequentemente articulam-se com outros organismos internacionais para obter financiamento ou expertise, ou engajam-se com empresas privadas em busca de novas tecnologias ou inovação. O objetivo é concretizar projetos de melhor qualidade e em menos tempo, por já incorporarem a curva de aprendizado de cidades com projetos semelhantes.

O caso do C40 é particularmente interessante porque evidencia o enorme potencial de cooperação não apenas em temas eminentemente locais, mas também em temas globais, como mudanças climáticas, trazendo para as cidades projetos específicos de cooperação que possuem igualmente impacto global. A resiliência de cidades a mudanças climáticas é outro tema que cresce na agenda da paradiplomacia, impulsionado pelo aumento da intensidade e frequência de desastres naturais. A adaptação de cidades, que envolve projetos de longo prazo, exige ações que, por sua urgência e estimativa de custos altos, podem ser melhor desenvolvidas a partir do compartilhamento de novos conhecimentos e tecnologias.

www.klabin.com.br

Klabin. Certificada pela natureza.

A Klabin foi a primeira empresa do setor de papel e celulose no Hemisfério Sul a obter a certificação FSC® - *Forest Stewardship Council*®, prova de seu compromisso com uma gestão ambientalmente correta e responsável. Além disso, suas práticas sustentáveis foram reconhecidas como referência pela **Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO)**. Com todas as certificações que uma empresa desta importância deve ter, o que deixa a Klabin realmente orgulhosa são as mais de 800 espécies de animais identificadas em suas florestas. Porque, mais do que referência em manejo florestal, isso representa uma certificação que poucas empresas, em qualquer lugar do mundo, podem apresentar: a certificação da natureza.

Maior produtora e exportadora de papéis para embalagens do Brasil.



A marca da
gestão florestal
responsável



Klabin

Ao assumir a presidência do C40, sendo a primeira cidade do hemisfério Sul a liderar esta rede, o Rio de Janeiro posiciona-se como cidade disposta a incorporar inovações e a liderar movimento global para tornar as cidades mais sustentáveis e resilientes. Suas características geográficas, culturais e socioeconômicas legitimam o Rio de Janeiro como cidade capaz de testar e de propor soluções de sustentabilidade que possam inspirar outras cidades.

O crescente fenômeno da paradiplomacia e, especificamente, da diplomacia de cidades, oferece amplas oportunidades de consecução dos objetivos estratégicos da cidade do Rio de Janeiro, com base em sua atuação internacional, que perpassa de forma transversal toda a administração municipal.

Referências Bibliográficas

AFFONSO, Rui de Brito Álvares. Descentralização e Reforma do Estado: a Federação brasileira na encruzilhada. *Economia e Sociedade*. Campinas, n. 14, p. 127 – 152, jun. 2000.

AMÉRICA Latina: cidadania, desenvolvimento e Estado. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996. 287 p. (Série integração latino-americana).

ARRETCHE, Marta. Políticas Sociais no Brasil: descentralização em um estado federativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 14, n. 40, p. 111 – 141, jun. 1999.

BRANCO, Álvaro Chagas Castelo. A paradiplomacia como forma de inserção internacional de unidades subnacionais. *PRISMAS*. Brasília, v.4, n. 1, p x-y, jan./jul. 2007.

COLACRAI, Myriam. Sub-national governments and International Relations. *First Global International Studies Conference*. 2005, Istambul.

DEANE, Marjorie; PRINGLE, Robert. *Economic cooperation from the inside*. New York :, 1984. 46p.

EMPRESA OLÍMPICA MUNICIPAL. Disponível em <<http://www.rio.rj.gov.br/web/eom>>. Acesso em 12 dez 2013.

FERREIRA, Maria Eulália do Carmo. *Cooperação internacional e política ambiental: controle de poluição*

do mar-1973/1979. Rio de Janeiro. 1998. 167 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio.

FIGUEIREDO, Fernanda Pernasetti de Farias; Salomón, Mónica (Orientadora). Rio de Janeiro, 2008. Monografia. (Trabalho de conclusão de curso) – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

GUIMARÃES, Caroline Burle dos Santos. *A atuação externa dos governos subnacionais: o estudo de caso do governo de São Paulo*. São Paulo, 2006. 80 p. Monografia – Faculdade de Economia da Fundação Armando Álvares Penteado.

HOCHMAN, Gilberto. Agenda Internacional e Políticas Nacionais: uma Comparação Histórica entre Programas de Erradicação da Malária e da Varíola no Brasil. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. *Políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

HURRELL, Andrew; KINGSBURY, Benedict. *The International politics of the environment: actors, interests, and Institutions*. Oxford: Clarendon Press, 1992. 492 p.

LECOURS, André. When Regions Go Abroad: Globalization, Nationalism and Federalism. In: *Globalization, Multilevel Governance and Democracy: Continental, Comparative and Global Perspectives*. Estados Unidos, mai. 2002.

MAIA, José Nelson Bessa. *Paradiplomacia: a projeção internacional dos Estados*. Valor Econômico, Rio de Janeiro, p. 15, 24 jun. 2008.

MARIANO, Karina L. Pasquariello. O Estado de São Paulo como ator internacional. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, n. 16, v. 2, p. 94 – 101, 2002.

MELO, Marcus André. Crise federativa, guerra fiscal e “hobbesianismo municipal”: efeitos perversos da descentralização? *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, n. 10, v. 3, p. 11 – 20, 1996.

MILNER, Helen V. *Interests, institutions, and information: domestic politics and international relations*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1997. 309 p.

PEREIRA, José Alexandre Lopes. O Federalismo na Diplomacia Brasileira: o Interesse do Itamaraty nas Ações Externas dos Governos Subnacionais. *Cena Internacional: Revista de Análise em Política Internacional*. Brasília, ano 6, n. 2, 144 – 159, dez. 2005.

PRAZERES, Tatiana Lacerda. Por uma atuação constitucionalmente viável das unidades federadas brasileiras ante os processos de integração regional. In: VIGEVANI, Tullo et al.. *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo: Editora da PUC/ Editora da Unesp/Cedec/FAPESP, 2004. p. 283 - 312.

PRIETO, Noé Camargo. O outro lado do novo regionalismo pós soviético e da Ásia-Pacífico: a diplomacia federativa além das fronteiras do mundo ocidental. In: VIGEVANI, Tullo et al.. *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo: Editora da PUC/ Editora da Unesp/Cedec/FAPESP, 2004. p. 251 - 282.

RIBEIRO, Sheila Maria Reis. Um cenário da gestão pública no Brasil. In: *VIII Congresso Internacional del CLAD sobre La Reforma del Estado y de la Administración Pública*. Panamá, out. 2003.

RIO EVENTO. Disponível em <<http://www.rio.rj.gov.br/web/rioeventos>>. Acesso em 16 dez 2013.

RIO NEGÓCIOS. Disponível em <<http://rio-negocios.com/>>. Acesso em 12 dez. 2013.

ROSENAU, James; CZEMPIEL, Ernst Otto. *Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial*. Brasília, D.F.: Ed. UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000. 431p.

ROSENAU, James. *Turbulence in world politics: a theory of change and continuity*. Princeton, N. J. : Princeton University Press, 1990. 480p.

_____. The Complexities and Contradictions of Globalization. *Current History*. Nova Iorque, n.96, p.360-364, nov. 1997.

SALOMÓN, Mônica; NUNES, Carmen. A Ação Externa dos Governos Subnacionais no Brasil: os Casos do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre: os Casos de Rio Grande do Sul e de Porto Alegre. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, 99 – 147, jan./jun. 2007.

SOLDATOS, Panayotis. An explanatory framework for the study of federated states as foreign-policy actors. In: MICHELMAN, H.; SOLDATOS, P. *Federalism and International Relations: the role of subnational units*. Oxford: Clarendon Press, 1990. p. 34-53.

SOUZA, Celina. Intermediação de Interesses Regionais no Brasil: o Impacto de Federalismo e da Descentralização. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, 1998.

TUSSIE, Diana. *El banco interamericano de desarrollo*. Buenos Aires: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 1997. 205p.

VIGEVANI, Tullo. El marco jurídico e institucional para la gestión internacional de los actores subnacionales gubernamentales en Brasil. *Integración & Comercio*. Buenos Aires, v. 21, n. 8, p. 27-46, 2004.

_____. Problemas para a atividade internacional das unidades subnacionais: estados e municípios brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 21, n. 62, out. 2006.

VIGEVANI, Tullo et al.. *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo: Editora da PUC/ Editora da Unesp/Cedec/FAPESP, 2004. 462 p.

Relações Internacionais de Unidades Subnacionais: a experiência do estado do Rio de Janeiro¹

Pedro Spadale

O campo de estudos das Relações Internacionais (RI) tem seu nascimento logo após o fim da 1ª Guerra Mundial, fruto da união de esforços de profissionais de distintas origens acadêmicas que buscavam compreender as causas que levavam à guerra e evitar que novos conflitos de larga escala voltassem a ocorrer. Entretanto, as relações entre as nações antecedem em muito, evidentemente, o estabelecimento de uma abordagem científica interdisciplinar com vistas à compreensão deste fenômeno.

Por sua vez, a interação política, econômica, comercial, social e cultural entre regiões e cidades de diversas partes do mundo também é algo milenar e que remete às civilizações mais antigas do nosso planeta. Muito antes dos Estados nacionais nascerem, as vilas, os povoados, os feudos, as regiões, os pequenos reinos, enfim, os diversos tipos de aglomerações humanas organizadas em um delimitado território interagem fortemente entre si, seja disputando por terras e suas riquezas, seja cooperando por meio do comércio e do intercâmbio de cultura e do conhecimento.

Da mesma forma, portanto, que a disciplina das RI é criada com alguns séculos de atraso em relação ao nascimento de seu objeto de estudo – a interação entre os Estados-Nação –, o estudo científico do relacionamento entre entes subnacionais de diferentes países é iniciado de forma muito mais tímida e, vale dizer, ainda mais atrasada do que o caso das RI.

A compreensão das dinâmicas que caracterizam o fenômeno dos intercâmbios regionais e locais de espaços por vezes geograficamente muito distantes, classificado por alguns analistas como “Paradiplomacia”, é algo recente no mundo e ainda mais incipiente no Brasil. Vale destacar, pois, a importância de se fomentar esse debate em torno de um dos temas menos estudados no vasto universo das RI, a interação global de governos subnacionais, com suas mais variadas dinâmicas e motivações.

A experiência do Estado do Rio de Janeiro em matéria de inserção internacional é possivelmente a mais antiga entre os estados brasileiros.² Vale chamar a atenção,

23

1 Artigo elaborado com base na palestra ministrada pelo autor para a disciplina “Temas e Prática em Relações Internacionais”, em outubro de 2013, no Instituto de Relações Internacionais da USP. Este artigo também contou com a colaboração de toda a equipe da Subsecretaria de Relações Internacionais.

2 Do ponto de vista da cronologia histórica, é importante salientar que o atual Estado do Rio de Janeiro é fruto da fusão, em 1974, do Estado da Guanabara, criado após a transferência da capital para Brasília em 1960 e que representava o território do antigo distrito federal, com o então Estado do Rio de Janeiro, cuja capital ficava em Niterói e representava o restante do território, que, acrescido da cidade do Rio, conformaria posteriormente seu estado homônimo.

em primeiro lugar, para o fato de que, anteriormente a 1960, o Rio de Janeiro foi a capital brasileira por dois séculos, desde 1763, como sede da colônia, capital do império português no início do século XIX, do Império do Brasil e da República, o que sempre possibilitou que o Rio fosse o principal centro de intercâmbio internacional do país durante o período.

A criação do que pode ser considerada talvez a primeira unidade administrativa designada para se ocupar especificamente da formulação de estratégias de inserção internacional de um estado da federação brasileira se deu em 1983, com a criação da Assessoria de Relações Internacionais, chefiada à época pelo Professor Clóvis Brigagão, no início do governo de Leonel Brizola. Em virtude de sua forte ligação com a Internacional Socialista, o então Governador Brizola sentiu a necessidade de contar com uma estrutura que pudesse desenvolver seu relacionamento com o exterior.

Ao longo das décadas seguintes, nos diferentes governos que sucederam, a área internacional contou com variadas denominações, estruturas, vinculações hierárquicas com determinadas secretarias de estado, inclusive com fusão em certo período de meados da década de noventa com o cerimonial do governador, com diferentes focos de atuação e responsabilidades.

Ao trazer para o tempo mais recente, é possível perceber uma mudança substantiva na atuação internacional do Estado do Rio de Janeiro a partir de janeiro de 2007, com o início da gestão do Governador Sérgio Cabral. O objetivo principal da atual gestão era reposicionar o Rio no mundo, perante potenciais parceiros, investidores, turistas e formadores de opinião. Não há dúvida de que tal objetivo foi cumprido. A percepção estrangeira a respeito do Rio de Janeiro foi elevada a um novo patamar nos últimos anos.

No contexto da atual estratégia fluminense de inserção internacional, pode-se destacar, entre diversas outras iniciativas, a realização de dois tipos de ações. Por um lado, foi executada uma programação de *road shows* no exterior liderados pelo Governador do Estado, com vistas a conhecer as experiências de políticas públicas bem-sucedidas em outros países, o encontro com potenciais investidores e compradores das exportações fluminenses e a captação de novos financiamentos externos. Por outro lado, de forma complementar aos objetivos anteriormente descritos, o Rio de Janeiro disputou, com sucesso, a sede dos maiores eventos esportivos da humanidade – os Jogos Olímpicos de 2016 e a Copa do Mundo de 2014 – e sediou outros megaeventos internacionais, como a Jornada Mundial da Juventude em 2013, a Conferência Rio+20 em 2012, os Jogos Mundiais Militares em 2011, além de uma série de importantes encontros de negócios.

Um destaque precisa ser dado para a atuação internacional do Estado do Rio de Janeiro durante a Rio+20, em 2012. O governo do Rio encarou a realização daquela que viria a ser qualificada como a maior conferência internacional de todos os tempos, em termos de número de participantes, não apenas como uma obrigação de receber bem os visitantes brasileiros e estrangeiros e apoiar a organização de um megaevento em sua capital, com todas as implicações de segurança, mobilidade, saúde e defesa civil, entre outras. O Estado do Rio, em parceria com outros governos subnacionais, teve também importante participação nas discussões substantivas referentes ao desenvolvimento sustentável, tema esse que, como nenhum outro da agenda internacional, pressupõe o engajamento de múltiplos níveis de governança em todo o planeta para que se possa avançar mais rapidamente.

Apenas para citar algumas responsabilidades legais de governos subnacionais na Constituição brasileira, estados e municípios têm responsabilidade sobre o licenciamento ambiental, saneamento básico, tratamento de lixo, planejamento urbano, transportes públicos, políticas de inclusão social, incentivos tributários para novos empreendimentos, entre tantos outros.

Dessa forma, como *stakeholders* indispensáveis no contexto do desenvolvimento sustentável, governos subnacionais de todas as regiões do mundo se reuniram no Rio de Janeiro em junho de 2012, com a realização de um sem-número de encontros de governos regionais e locais que produziram importantes documentos com várias metas traçadas para os próximos anos. Apenas no pavilhão construído pelo Estado do Rio de Janeiro para a Rio+20, foram organizados 30 eventos ao longo de 11 dias, reunindo 17 governadores e dezenas de representantes de províncias, regiões e estados, brasileiros e estrangeiros, além de milhares de representantes da sociedade civil, do setor privado, das redes e organizações internacionais, inclusive com a participação do Secretário-Geral da ONU, Sr. Ban Ki Moon.

Fato significativo foi, ainda, o reconhecimento da importância, em diferentes partes do texto final da Conferência, intitulado “O Futuro que Queremos”³, da participação dos governos subnacionais no enfrentamento dos desafios relacionados à sustentabilidade. Tratava-se de reivindicação desses atores, porém em relação à qual havia certo ceticismo de que fosse atendida.

Todas as ações internacionais da administração fluminense são desenvolvidas ou ao menos apoiadas, em maior ou menor grau, por um departamento especificamente voltado

para as relações internacionais, situado na estrutura da Casa Civil, que é a secretaria de estado responsável pela coordenação de todas as ações de governo. As atividades desse setor internacional serão descritas a seguir.

A Subsecretaria de Relações Internacionais

Logo no início do primeiro mandato do Governador Sérgio Cabral, em 2007, foi criada a Subsecretaria de Relações Internacionais (SSRI), subordinada à Secretaria de Estado da Casa Civil, que foi chefiada no período 2007-2010 por diplomatas de carreira, os Ministros Ernesto Otto Rubarth e José Carlos de Araújo Leitão. A nova e atual estrutura da SSRI, refletindo seus eixos de atuação, é definida neste período, dando maior foco às linhas de trabalho do órgão.

Em relação à atuação da Subsecretaria, é necessário deixar claro que o papel de qualquer órgão responsável pela gestão das relações internacionais de um governo subnacional é essencialmente um trabalho de articulação internacional, de criação de interfaces com atores externos para o desenvolvimento de parcerias que contribuam para a consecução dos objetivos daquele governo estadual ou municipal.

No que se refere aos eixos de atuação da SSRI, esses estão distribuídos nas quatro Assessorias da Subsecretaria: Comércio e Investimentos, Cooperação Internacional, Financiamentos Externos e Relações Institucionais. Seguem alguns comentários sobre as atividades desenvolvidas nas quatro diferentes áreas supracitadas.

3 Disponível em: https://rio20.un.org/sites/rio20.un.org/files/a-conf.216l-1_english.pdf

Promoção do comércio exterior e atração de investimentos

Na área econômico-comercial, o objetivo é a atração de investimentos externos diretos (IED's) para o Estado e a promoção do comércio exterior fluminense, tanto das exportações quanto das importações, em estreita coordenação com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços (SEDEIS) e a Companhia de Desenvolvimento Industrial (CODIN).

Além dos órgãos da administração estadual, as principais instituições com as quais esta área também interage fortemente são as seguintes: Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX-BRASIL); Departamento de Promoção Comercial e Atração de Investimentos do Ministério das Relações Exteriores (DPR-MRE); Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (SECEX-MDIC); Agência de Promoção de Investimentos na Cidade do Rio de Janeiro (Rio Negócios); Federação de Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), além das seções econômicas e comerciais de embaixadas e consulados, câmaras de comércio bilaterais e empresas multinacionais brasileiras e estrangeiras.

A metodologia de trabalho desta área está baseada na indicação por parte da SEDEIS e da CODIN de quais são os setores econômicos estratégicos do Estado a serem estimulados, seja por meio da atração de investimentos nestes setores e para determinados espaços estratégicos

a serem mais desenvolvidos, seja por meio da promoção de exportações e importações, com foco no apoio às micro, pequenas e médias empresas. Utiliza-se, ainda, metodologia desenvolvida pelo Banco Mundial para a realização desse trabalho de promoção comercial, assim como as melhores práticas das experiências coreana e chinesa nessa matéria.

Nesse sentido, uma vez indicadas pela SEDEIS e pela CODIN as prioridades do desenvolvimento econômico, o setor de Comércio e Investimentos realiza um trabalho de prospecção de potenciais mercados para exportações e, no que se refere aos IED's, busca-se a identificação de potenciais investidores nos setores que são estratégicos. A realização desse trabalho é feito sempre em parceria com aquelas instituições citadas anteriormente.

No que concerne ao comércio exterior, importante registrar que a SSRI exerce as funções de coordenação no Estado do RJ das ações do PNCE - Plano Nacional de Cultura Exportadora, organizado pela SECEX/MDIC, articulando as ações de diversas instituições, tais como: APEX-BRASIL, BNDES, BB, CEF, Correios, FIRJAN, SEBRAE, entre outros.

Em termos de resultados efetivos, no período compreendido entre janeiro de 2010 e dezembro de 2013, foram recebidas (missões *inbound*) 211 delegações comerciais de todas as regiões do mundo e com focos de interesse os mais variados. No que diz respeito às missões para o exterior (missões *outbound*), realizaram-se 16 missões comerciais em 4 anos, de 2010 a 2013.

O potencial de investimentos gerado a partir da assistência direta prestada pelo setor econômico-comercial da SSRI, em colaboração com outros parceiros (principalmente CODIN, Rio Negócios e APEX), a investidores estrangeiros

é estimado em US\$ 8,2 bilhões, com a expectativa de geração de 11.660 empregos diretos.

O panorama dos investimentos no Estado do Rio de Janeiro, de origem tanto privada quanto pública, de procedência nacional e estrangeira, é impressionante. Segundo consta da última edição do estudo “Decisão Rio”⁴, realizado periodicamente pela FIRJAN, referente ao período de 3 anos entre 2012 e 2014, o Estado será receptor de um total de R\$ 211 bilhões (US\$ 120 bilhões). De acordo com o estudo, trata-se da maior concentração de investimento por metro quadrado em todo o planeta. No setor industrial, por exemplo, dos US\$ 23 bilhões investidos, US\$ 10 bilhões têm origem estrangeira, sobretudo dos países europeus (79% do total), o que demonstra os resultados efetivos do trabalho de promoção do Rio de Janeiro no exterior.

O desafio dessa área é conseguir não apenas atender a forte demanda que chega principalmente do exterior, mas também conseguir realizar um trabalho estruturado e sistemático de inteligência comercial, voltado tanto para a identificação de potenciais investidores, como para a prospecção de novos mercados para as exportações fluminenses. Em função da limitada capacidade de recursos humanos próprios, a solução encontrada para desenvolver esse trabalho de *Business Intelligence* foi criar parcerias com empresas juniores de universidades que contam com cursos de RI.

Desenvolvimento de cooperação técnica internacional

A área de cooperação internacional lato sensu se subdivide em dois eixos, o da cooperação técnica e o

da cooperação financeira. Esse último, por obedecer a cooperação técnica e o da cooperação financeira. Esse último, por obedecer a uma série de procedimentos próprios, desenvolve seus trabalhos a partir de um setor dedicado exclusivamente aos financiamentos externos.

No que se refere à cooperação técnica, a atenção dessa área tradicionalmente esteve voltada para a cooperação recebida, seja por meio do recebimento de algum tipo de capacitação ou assistência técnica, seja pela transferência de uma “Boa Prática” experimentada em alguma outra cidade, estado ou país.

O foco do trabalho de cooperação ao longo do tempo demonstrou uma grande vinculação com a assistência prestada por governos locais, regionais ou nacionais de países desenvolvidos, notadamente os países da Europa mais ocidental e escandinava, dos Estados Unidos, Canadá e Japão. Basicamente, os treinamentos, workshops, seminários, cursos, viagens, assim como o intercâmbio das políticas públicas bem sucedidas, foram sempre ofertados pelas agências e instituições de cooperação dos países que prestam assistência ao desenvolvimento internacional, em sua maioria, portanto, dos países desenvolvidos.

Deve-se mencionar que, durante o Governo Anthony Garotinho, de 1999 a 2002, tendo à frente da Assessoria Especial de Relações Internacionais o Professor Theotônio Dos Santos, buscou-se desenvolver a cooperação Sul-Sul, com uma aproximação maior com a China, através de suas Províncias, que possuem uma agressiva atuação internacional, e também com Cuba. Na sequência, no Governo Rosinha Garotinho, de 2003 a 2006, com a chefia da Coordenadoria de Assuntos Internacionais durante todo o período exercida pelo

4 Disponível em: <http://www.firjan.org.br/decisaoport2012-2014/>

Professor Antônio Carlos Peixoto, o principal foco passou a ser uma aproximação com os países sul-americanos e suas províncias, departamentos, regiões e estados.

Importante salientar que aproximações institucionais levadas a cabo única e exclusivamente por motivações políticas nem sempre geram parcerias frutíferas, o que deve ser evitado. Assinaturas de Memorandos de Entendimentos, Protocolos de Intenções, Acordos de Cooperação, Convênios, entre outros, podem simplesmente representar uma boa “*Photo Opportunity*”, mas não gerar resultados concretos.

Por outro lado, uma boa cooperação bilateral não precisa estar necessariamente respaldada por algum tipo de ato jurídico, sobretudo quando não há responsabilidades financeiras envolvidas. Um bom exemplo de cooperação frutífera foi desenvolvida desde 2007 com os colombianos, especialmente com o Departamento de Antioquia e a Prefeitura de Medellín, iniciada com a visita do Governador Sérgio Cabral a Bogotá e Medellín, em março de 2007. Nesta ocasião, foi possível conhecer a experiência dessas localidades em combater o crime organizado e esse aprendizado inspirou, posteriormente, com suas devidas adaptações, a política da implantação

É fundamental que as parcerias internacionais contem com o devido apoio político e, como premissa, que essas parcerias reflitam o interesse das secretarias estaduais ou municipais que forem diretamente relacionadas ao tema em questão.

Para que sejam frutíferos, os instrumentos assinados devem ser tratados como projetos que precisam ser integralmente executados para atingir efetivamente seus propósitos. É fundamental que as parcerias internacionais contem com o devido apoio político e, como premissa, que essas parcerias reflitam o interesse das secretarias estaduais ou municipais que forem diretamente relacionadas ao tema em questão. Em outras palavras, qualquer iniciativa de estabelecimento de parceria internacional deve estar calcada em um interesse muito direto e objetivo da administração pública, o que vai dar garantia da sua efetividade, e não ser um fim em si própria.

das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's) no Rio de Janeiro. Tal iniciativa de cooperação efetiva, que incluiu a realização de missões técnicas à Colômbia das secretarias estaduais de segurança, obras, transportes, cultura, educação, assistência social e direitos humanos no período 2007-2009, foi desenvolvida independentemente de sua formalização por meio de um ato jurídico, sendo que um acordo de cooperação com Medellín foi assinado apenas em 2010.

Um exemplo de iniciativa com baixa efetividade no âmbito do fenômeno da “Paradiplomacia” em todos os cantos do mundo é a prática da irmanandade, ou

irmanamento, como se denominam aqueles acordos de Estados-Irmãos ou Cidades-Irmãs, que são basicamente declarações políticas de intenções de estreitamento dos laços políticos, institucionais, econômicos, comerciais, sociais e culturais entre suas partes.

Conquanto seja instrumento utilizado há décadas por inúmeros governos subnacionais ao redor do mundo, pode-se afirmar seguramente que, na maioria dos casos, o estabelecimento de uma parceria do tipo Estados-Irmãos não gera praticamente nenhum resultado concreto. Esse tipo de instrumento não tem sido mais utilizado há alguns anos pelo Estado do Rio de Janeiro.

Remetendo à experiência fluminense, há, no entanto, um caso interessante de um Estado-Irmão do Rio de Janeiro, que é o Estado de Maryland, nos EUA, vizinho à capital norte-americana (D.C.), cujo relacionamento remonta ao ano de 1964 e que gerou ótimos resultados. Essa "irmandade", estabelecida há cinco décadas, rendeu um vasto programa de intercâmbio de estudantes de ensino médio e universitário que envolveu centenas de participantes de cada lado, além da construção de uma escola primária na região metropolitana do Rio de Janeiro, no município de Nilópolis, a Escola Municipal "Companheiros de Maryland".

Mais recentemente, a cooperação bilateral se intensificou em torno de alguns temas bem definidos, sobretudo o meio ambiente, com foco nas trocas de experiências na gestão e proteção das baías de Chesapeake e da Guanabara; a Educação, com a instalação de uma escola de ensino médio relacionada ao projeto Dupla Escola, que será uma escola pública de tempo integral e com ensino bilíngue, português-inglês, em parceria com educadores da *Prince George County Public Schools*, e que começa a funcionar no início de 2014 em Nova

Iguaçu; e a Saúde, com a recente inauguração, em São Gonçalo, do primeiro núcleo de referência no atendimento a pacientes politraumatizados do Estado, tendo sido seus profissionais (médicos e enfermeiros) capacitados no Centro de Trauma da Universidade de Maryland, em Baltimore, considerado referência nos EUA.

Não necessariamente, portanto, uma relação de Estados-Irmãos estará sempre fadada ao insucesso. O importante é que um eventual "irmanamento" não seja um ponto de partida, mas sim o resultado do amadurecimento de um processo de aproximação entre dois estados, com uma série de temas substantivos no intercâmbio bilateral, desenvolvidos ao longo de alguns anos.

Entre outros casos bem sucedidos de cooperação técnica descentralizada que foram celebrados nos últimos anos pelo Estado do RJ, vale destacar os seguintes Estados/Províncias/Regiões: Departamento de Antioquia e Municipalidade de Medellín, na Colômbia (temas: segurança, mobilidade urbana, educação, políticas para a juventude, desenvolvimento social e cultural); Québec, no Canadá (cultura - cinema, desenvolvimento sustentável com foco em mecanismos de economia verde, mobilidade urbana); Bretanha, na França (foco nas questões marítimas, especialmente formação profissionalizante para o setor marítimo); Província de Buenos Aires (segurança e saúde pública - UPA); regiões de Hessen (cultura - restauração e conservação de material audiovisual) e da Renânia do Norte e Vestfália, na Alemanha (sistema dual alemão - formação técnico-profissionalizante).

No que diz respeito à cooperação técnica com Agências de governos nacionais, deve-se fazer referência a cinco casos: USAID, norte-americana (jovens em situação social vulnerável nas cidades com menor IDH do Estado,

com capacitação para o mercado de trabalho; segurança cidadã); AECID, espanhola (segurança e gestão de emergências e desastres - capacitação de policiais, bombeiros e defesa civil); AFD, francesa (mobilidade urbana e planejamento urbano metropolitano integrado); JICA, Japonesa (redução de riscos de desastres - prevenção, resposta, mobilização, reconstrução); GIZ, alemã (cooperação científico-tecnológica em torno de questões energéticas).

O Governo do Estado também desenvolve relações estreitas com algumas agências, programas, centros ou escritórios do sistema ONU estabelecidos na cidade do Rio, como é o caso do UN-HABITAT, Programa da ONU para os Assentamentos Humanos, espécie de “Ministério das Cidades da ONU”, cujo Escritório Regional para América Latina e Caribe tem sede no Rio; UNICEF; UNESCO; Centro Mundial de Desenvolvimento Sustentável da ONU (criado durante a Rio+20, também conhecido como CENTRO RIO+); Centro de Excelência da ONU de Redução de Riscos de Desastres (UNISDR - EIRD), e do Centro de Informação das Nações Unidas (UNIC-Rio).

Ademais, o Estado do RJ ingressou nos últimos dois anos em algumas redes internacionais de governos regionais⁵, seja de natureza mais abrangente (ORU-FOGAR - Organização das Regiões Unidas) ou mais específica (nrg4SD - *Network of Regional Governments for Sustainable Development*, TCG - *The Climate Group*, R 20 - *Regions for Climate Action*). O desafio é a participação nas redes internacionais de governos subnacionais de maneira efetiva, contribuindo para orientar as discussões e os rumos de tais instituições

de modo que ampliem cada vez mais a quantidade de membros e a efetividade de suas ações.

Em matéria de cooperação recebida, o setor de cooperação técnica internacional possui o desafio de conseguir mapear com exatidão quais são as prioridades em cada área da administração pública (p.e. saúde, educação, segurança, etc.) e ter a capacidade de identificar, a partir de um trabalho pró-ativo e sistemático, as políticas públicas bem sucedidas no exterior referentes a essas áreas, montando um “Banco de Melhores Práticas” de temas de interesse do Estado. Pretende-se desenvolver esse trabalho em parceria com universidades do Rio de Janeiro que possuem curso de RI.

Quanto à cooperação prestada, pretende-se iniciar a realização de um trabalho consistente de oferecimento de cooperação técnica em torno de determinados temas, tais como segurança e saúde por exemplo, para outros países ou regiões, oferecendo um conjunto consistente de informações (*toolkits*) sobre as boas práticas executadas no Rio de Janeiro. Para contribuir à realização deste trabalho de expandir a cooperação prestada, busca-se intensificar a parceria com agências de desenvolvimento internacional dos países desenvolvidos, sobretudo a partir de iniciativas de cooperação triangular.

Nos últimos anos, um grande número de delegações governamentais estrangeiras tem visitado os projetos, programas e políticas que estão sendo implementados em diversos territórios do Estado, sobretudo nos segmentos de segurança pública, saúde, educação, urbanização, entre outros. Como exemplo de exportação

5 Para melhor definição, entende-se por governos regionais os estados, províncias, regiões, departamentos, enfim, todas aquelas denominações atribuídas aos governos subnacionais de nível intermediário, situados entre a esfera nacional ou federal e a esfera local ou municipal. Os governos locais são os que correspondem às Prefeituras no Brasil, aquelas instâncias administrativas em nível municipal, que também possuem responsabilidades muito distintas nos diferentes países.

de melhores práticas fluminenses, pode ser citado o caso da Província de Buenos Aires, cujo Governador, ao visitar o Rio, teve a oportunidade de conhecer os modelos das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs 24horas), e decidiu por reproduzi-las localmente, com a implantação até o momento de 7 *Unidades de Pronta Atención* em toda a região metropolitana da capital argentina.

Captação de financiamentos externos

Conforme dito anteriormente, o segmento de Cooperação Financeira internacional está estabelecido em uma área especificamente voltada para a captação de recursos estrangeiros destinados a financiar projetos do Governo do Estado em suas diversas áreas.

Inicialmente, é importante que haja uma explicação preliminar de que o processo de contratação de financiamentos externos, entre todas as ações internacionais de um governo estadual ou municipal brasileiro, é o único que possui a necessidade prévia de aprovação por parte de instâncias federais. Em virtude do fato de que a União é solidária em caso de *default*, os poderes executivo e legislativo federais precisam aprovar qualquer empréstimo a ser contraído pelos estados e municípios. Trata-se de processo relativamente longo e demorado, que leva vários meses até a assinatura do contrato.

Até recentemente, o Estado do RJ possuía grande limitação em matéria de “espaço fiscal”, que é o limite de endividamento estipulado pelo Governo Federal, em função da situação fiscal daquele estado ou município. Até o fim de 2006, apenas 7 contratos haviam sido assinados pelo governo

fluminense, todos entre 1994 e 1999, totalizando US\$ 1,34 bilhão.

A partir de 2007, com a melhoria da situação fiscal do Estado, foi possível aumentar a contratação de empréstimos externos.

No período compreendido entre 2007 e 2013, foram assinados 23 contratos de financiamento, totalizando US\$ 4,5 bilhões, com quatro instituições: Banco Mundial (BIRD), Corporação Andina de Financiamento (CAF), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD).

Os 23 projetos estão distribuídos da seguinte forma entre as quatro fontes de financiamento: BIRD: 61% do total dos recursos, totalizando US\$ 2,78 bilhões, em 10 projetos contratados; CAF: 16% do total, totalizando US\$ 740 milhões, em 4 projetos contratados; BID: 14% do total, somando US\$ 646 milhões, em 8 projetos contratados; AFD: 9% do total, no valor de US\$ 394 milhões, em 1 projeto contratado. A distribuição dos financiamentos por temas ficaria da seguinte forma: Mobilidade urbana – 27%; Gestão pública – 29%; Infraestrutura – 16%; Desenvolvimento urbano – 11%; Meio ambiente – 10%; Desenvolvimento rural – 3%; Turismo e Lazer – 3%; Inclusão Social – 2%.

O papel da Subsecretaria de Relações Internacionais no que se refere aos financiamentos externos é basicamente o de apoiar as Secretarias de Estado a preparar projetos a serem submetidos às instituições estrangeiras, assim como durante todo o processo de sua execução, mesmo após a assinatura do contrato. A SSRI presta ainda grande apoio na organização de missões de instituições estrangeiras ao Rio e também

na preparação de missões técnicas das secretarias de estado ao exterior, no âmbito dos programas em andamento.

Importante ressaltar que a liderança de todo o processo negociador referente aos financiamentos é da Secretaria estadual de Fazenda, em parceria com a secretaria ou órgão estadual tomador do financiamento e a SSRI. Por sua vez, a aprovação dos projetos estaduais que pretendem buscar empréstimos externos acontece no âmbito de uma comissão liderada pelo Vice-Governador e pelos Secretários da Casa Civil, Fazenda e Planejamento e Gestão, denominada Comissão de Coordenação e Controle das Operações de Crédito e Concessão de Garantias (COPEC).

O segmento de financiamentos externos, da mesma forma que o de cooperação técnica, precisa conhecer bem quais são as prioridades, programas e projetos da administração pública, de modo que possa articular as necessidades estaduais com possíveis novas fontes de financiamento. O desafio desta área é, portanto, na mesma linha das outras áreas da SSRI, conseguir atender a enorme demanda de trabalho geradas pelas secretarias estaduais, tendo em vista a grande quantidade de projetos em andamento atualmente e, além disso, agir pró-ativamente no sentido de incentivar novas parcerias de financiamento, casando as necessidades de recursos com as potenciais fontes externas.

Outro desafio importante que passou a ser a prioridade do setor é a captação de financiamentos não reembolsáveis (também conhecidos como “recursos a fundo perdido”), que são doações, concedidos a partir de instituições multilaterais como o BIRD e o BID, assim como agências nacionais

de cooperação, sobretudo dos países desenvolvidos, e de fundações privadas.

Mais uma vez, o objetivo é realizar um *match making* entre demanda e oferta, entre projetos que costumam ter um viés mais social ou de treinamento e capacitação, em valores financeiros relativamente modestos, mas que podem fazer toda a diferença para um pequeno projeto que não carece de um volume muito expressivo de recursos.

A forma encontrada para se atingir esse objetivo, diante de um reduzido quadro de técnicos na Subsecretaria, foi, mais uma vez, estabelecer parceria com universidades para a criação de um “Banco de Fontes de Financiamento”, de modo que pesquisadores externos possam realizar esse trabalho sistemático e criterioso de prospecção de potenciais fontes de financiamento, reembolsável ou não reembolsável, para os projetos estaduais.

Relações institucionais de um estado cosmopolita

O Rio de Janeiro vive, nos últimos e nos próximos anos, uma agenda internacional muito intensa. De forma inédita, os maiores eventos da humanidade, tanto esportivos (Olimpíadas e Copa do Mundo), quanto religiosos (JMJ 2013 – 3 milhões de pessoas) e até mesmo oficiais, como a Rio+20, maior conferência da história da ONU e de todos os tempos, têm ocorrido em uma mesma cidade.

A quantidade de visitas oficiais ao Rio de autoridades estrangeiras, nacionais e subnacionais, além de representantes de organizações internacionais, tem sido enorme nos últimos anos. Visitas que vão de Barack

Obama ao Príncipe Harry, do Secretário-Geral da ONU ao Papa Francisco. Além de Chefes de Estado e de Governo, também há visitas de ministros, governadores, prefeitos, parlamentares, membros das Casas Reais, enfim, autoridades de todos os tipos e de praticamente todos os países, em missões com os mais variados interesses e agendas.

Cabe à área internacional apoiar os parceiros estrangeiros na organização das visitas oficiais ao Estado, em parceria com outros órgãos estaduais e, muito frequentemente, também com a Prefeitura do Rio. Da mesma forma, esta área organiza a vertente logística das missões ao exterior do Governador ou de comitivas do Estado do RJ.

Além dos aspectos operacionais decorrentes da realização das missões estrangeiras no Rio ou das missões fluminenses ao exterior, o setor também é responsável pela interlocução com os consulados e embaixadas em questões de natureza protocolar. Ademais, essa Assessoria prepara *briefings* informativos para todas as reuniões internacionais mantidas pelo Governador ou Vice-Governador, com contribuições dos outros setores da Subsecretaria.

O desafio nesse segmento de trabalho institucional é o de realizar um trabalho mais forte de comunicação, com a disponibilização de uma página da SSRI na Internet, a utilização das mídias sociais e o desenvolvimento de um relacionamento mais estreito com correspondentes de imprensa estrangeira que estão baseados no Rio.

Considerações finais

Diante da apresentação das linhas gerais da atuação internacional do Estado do Rio de Janeiro, é possível perceber que a ênfase é ser *result-oriented*, ou seja, realizar ações que vão ao encontro das necessidades objetivas da administração pública estadual e dos interesses da população. A maior armadilha para a atuação internacional de um governo subnacional é a falta de efetividade de suas ações voltadas para o exterior, contexto esse em que não é possível haver uma percepção clara do retorno concreto gerado a partir do relacionamento internacional.

Além do foco nos resultados, o desafio enfrentado particularmente no Rio, e que deve ser comum à grande maioria dos departamentos internacionais de governos subnacionais, é o de conseguir vencer a lógica de apenas responder às demandas, com o propósito de também atuar pró-ativamente, a partir de uma agenda própria. Nada que um bom grupo de Internacionalistas, como os colegas da SSRI, não enfrente com todo o entusiasmo gerado a partir do sonho da construção de um Estado e um mundo melhor.

Instruções aos autores

Para ser submetido, o artigo deve conter de 15 a 30 páginas e ser redigido em fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1.5, bem como dispor de resumo/abstract, introdução e referências bibliográficas.

Os colaboradores devem encaminhar seu trabalho para a sede do CEBRI, localizada na Rua Candelária, 9, Grupo 201, Centro - CEP 20091-020 - Rio de Janeiro (RJ), e pelo email cebri@cebri.org.br

A equipe CEBRI é responsável por selecionar as colaborações a serem publicadas. O conteúdo dos artigos reflete exclusivamente a opinião dos autores. O uso desse material para fins didáticos é permitido desde que citada a fonte.



CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Rua Candelária, 9 | Grupo 201 | Centro
CEP 20091-020 | Rio de Janeiro | RJ
Tel.: +55 21 2206-4444 | Ramal 401
www.cebri.org | cebri@cebri.org.br